

Em busca do turismo com as cores do lugar: A **educação patrimonial** como instrumento de apropriação para o **turismo de base local**

LUANA MARIA CAVALCANTI BISPO * [luanamcf@hotmail.com]

Resumo | Este artigo reúne esforços teóricos e epistemológicos que visam refletir sobre a importância da educação patrimonial no processo de apropriação do desenvolvimento do turismo por parte dos residentes, com foco na sua herança histórica e cultural. Procurou-se também atender objetivos específicos, abordando questões resultantes do reconhecimento de que o patrimônio cultural do autóctone é um passo fundamental para despertar, animar e recrudescer sensibilidades e identidades, combinando as questões de pertencimento, participação e cidadania para o turismo, a fim de levá-los a contribuir de forma natural e espontânea com a atividade. Neste sentido, o lugar configura-se como uma personalidade turística. Se conclui que a educação patrimonial é uma metodologia recomendada para a apropriação dos processos de desenvolvimento do turismo cultural, através de seus elementos orientadores à recuperação e incentivo à identidade local como pré-requisito ao desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

Palavras-chave | Educação patrimonial, Patrimônio cultural, Identidade local, Turismo de base local.

Abstract | This paper brings together theoretical and epistemological efforts to reflect about the importance of heritage education in the process of appropriation of the development of tourism by the locals, focusing on its historical and cultural heritage. It was sought to reach specific objectives, dealing with resulting questions from the recognition that the cultural heritage of autochthon is a primary step to awaken and enliven sensitivities and identities, combining the issues of belonging, participation and citizenship for tourism in order to conduct them to in a natural and spontaneous way. In this sense, the place configures itself as a tourist personality. It is concluded that the heritage education is a methodology recommended for the appropriation of development processes of cultural tourism, through its guiding elements for recovery and incentive the local identity as a prerequisite for tourism development on a sustainable basis.

Keywords | Heritage education, Cultural heritage, Local identity, Local development.

* **Graduada em História** pela Universidade Federal da Paraíba; **Especialista em Turismo de Base Local** na UFPB; **Mestranda** do Programa de Pós-Graduação em História pela UFPB.

1. Introdução

As questões relativas ao turismo extrapolam o mundo das finanças, apresentando diferentes fenômenos humanísticos, a exemplo de questões relativas à valorização, preservação e sensibilização da cultura dos lugares, que devem ser vistos não apenas como parte indispensável da rota de emprego e renda, mas como elementos de importância à identidade sociocultural das localidades que se transformam em destinos turísticos.

A atividade turística naturalmente faz dos territórios das localidades turísticas produtos de consumo, assim como suas paisagens e o patrimônio histórico-cultural, atrativos para os visitantes que, geralmente, mostram-se desprovidos de modelos que prezem e valorizam as características do lugar, como subsídio à implementação de estratégias e ações que se preocupem com as questões humanístico-culturais (Coriolano & Lima, 2005).

Para evitar o quadro, fazem-se necessários processos de sensibilização que despertem o sentimento de pertencimento dos públicos autóctones, a fim de que eles se reconheçam, identifiquem-se e valorizem o lugar onde moram por fazerem parte da história do lugar, de uma memória individual e coletiva, a fim de que sejam motivados a serem agentes do turismo local, em consequência do avanço socioeconômico da comunidade.

Tal quadro comunga com o campo do turismo de base local, segmento que apregoa total sustentabilidade para a comunidade receptora, de modo que seu desenvolvimento em função do turismo seja decorrente de decisões em que os próprios moradores sejam protagonistas no processo, agentes da preservação de seus valores, reconhecidos e sensibilizados enquanto cidadãos com identidade que merece ser respeitada e preservada.

O diferencial do turismo de base local se evidencia num princípio que preza por uma apropriação consciente da importância da cultura local, concentrado na sua ação social, no grau de informação bem mais amplo sobre as realidades locais, que,

certamente, mostrará ao turista um diferencial com relação àquelas comunidades em que poucos entendem, poucos sabem, mas tudo vendem do lugar.

Ao considerar tais configurações estruturais do turismo de base local, procurou-se, neste artigo, estabelecer uma discussão teórica que demonstre a congruência do campo do turismo de base local e da educação patrimonial, tendo este segundo como mediador do processo de apropriação consciente do primeiro, que visa um caráter sustentável na geração e aplicação de suas práticas.

Para isto, foi realizada uma revisão bibliográfica que desse o suporte necessário, atentando para artigos como o de Azevedo (2007) que demonstra a relação prática dos agentes de turismo que trabalham numa área de patrimônio histórico tombado e voltado para o turismo cultural, mas que possuem uma característica exclusivamente voltada para o lucro, sem qualquer tipo consciência histórica ou cultural do lugar em questão.

Destarte, refletiu-se sobre a importância da apropriação desta atividade por parte dos moradores do lugar, tendo como foco seu patrimônio histórico-cultural, especial e relevante atributo da localidade, por representar a identidade local, configurar a personalidade turística do lugar. Evidencia-se, portanto, a extrema necessidade da população do lugar conhecer e valorizar sua história e cultura, seja ela material e imaterial, do passado e do presente, atividades laborais e lúdicas, saberes e comportamentos que fazem parte de memória cultural comunitária ou se evidenciam no cotidiano das vivências sociais do dia-a-dia.

Acredita-se que o conhecimento de todo esse complexo da cultura da localidade é plenamente facilitado pela educação patrimonial, que instigou a autora a desenvolver o presente trabalho. Procura-se dialogar com tal tipo de exercício didático acreditando na sua eficácia para capacitar as pessoas do lugar, despertando-as, inicialmente, a se apropriar de seu mundo sociocultural, identificando a convergência de elementos que contribuam para sua inclusão social, de forma plenamente sustentável em função das práticas turísticas que se efetivam à sua volta.

No encaminhamento do texto foi desenvolvido um breve histórico sobre a política de preservação do patrimônio histórico brasileiro e sua contribuição ao desenvolvimento cultural do país, assim como para a atividade turística, refletindo sobre o lado positivo e negativo da relação patrimônio histórico-cultural e turismo. Em seguida, foi feita uma explanação sobre o conceito de educação patrimonial, dialogando com os seus elementos norteadores (memória, identidade e cidadania) e a atividade turística de base local, a fim de se demonstrar a sua contribuição no processo de apropriação da atividade. Por último, virá à tona algumas atividades que podem ser colocadas em práticas na relação entre educação patrimonial e o turismo de base local.

2. Breve histórico sobre políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural no Brasil

A política de preservação do patrimônio histórico-cultural compreende o processo de proteção, promoção e gestão dos bens culturais de natureza material e imaterial, a fim de garantir o fortalecimento da identidade nacional, regional, local e o acesso à memória.

No Brasil, segundo Londres (2009), a política de preservação do patrimônio histórico está dividida em duas fases: a heróica (1937-1970) e a fase modernista (1970-1980). A fase heróica compreende o início da política de preservação no Brasil durante o Estado Novo, período em que surgiram os primeiros esboços sobre o conjunto do patrimônio histórico do Brasil, assim como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão formado por intelectuais da época, que tinham a função conceitual e técnica, cabendo ao Estado dar as diretrizes para definição da identidade nacional.

Ao longo dos anos a política de preservação passou por paulatinas alterações na conjuntura vigente de cada período, a exemplo da modificação ocorrida

na década de 1970, referente à institucionalização do SPHAN, que se tornou Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), sendo que a mudança não se efetivou apenas no nome do organismo, mas também, e, principalmente, nas suas ações; entre elas, a promoção e proteção mais ampla do patrimônio histórico brasileiro, garantido o fortalecimento da identidade nacional, o acesso à memória e o incentivo a cidadania a partir de uma concepção mais plural do patrimônio, voltada à heterogeneidade sociocultural da nação. A instituição também passou a contemplar, de forma mais ampla, a cultura, dedicando-se não apenas ao lado material da história, mas também a toda a imaterialidade pertinente ao patrimônio da memória antropológica brasileira.

Mas o que compreende o patrimônio histórico-cultural brasileiro? A resposta deve passar, inicialmente, por uma precisa compreensão da cultura, cuja definição, entre tantas possíveis, é fornecida por Geertz (1989), que se mostra esclarecedora:

Cultura é um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (Geertz, 1989, p. 89).

O termo cultura, assim, mediante sua concepção de algo mais amplo na vida do homem, referente a diversos aspectos de seus modos de vida, ao ser incorporado ao patrimônio histórico, dota tal expressão de uma maior completude, diferente das concepções antigas, reducionistas, que se limitam em tratar do conjunto de bens moveis e imóveis apenas no âmbito histórico.

Na sua compreensão mais moderna e abrangente, o patrimônio, com inclusão dos referenciais culturais dos povos, tais como as percepções dos bens nas dimensões “testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis”, passou a ser pautado e reconhecido em função de políticas de preservação (Funari & Pelegrine, 2009, p. 32).

Embora, bastante recente, a política de preservação do patrimônio histórico-cultural no Brasil, assim como na América Latina, tem culminado na valorização do patrimônio histórico-cultural a partir da necessidade de reabilitar os centros históricos, como premissas básicas para o desenvolvimento sustentável nas cidades, pois estes centros reabilitados, apropriados, representam a diversidade da cultura de um povo de maneira tangível e intangível, potencializa a identidade coletiva, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social, além de, conforme afirmam Funari e Pelegrini (2009, p. 29), otimizar “os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infraestrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística”.

Para o turismo, pensando em perspectivas de sustentabilidade, as preocupações se efetivam em relação aos problemas de cunho mercadológico, as ações que configuram o patrimônio como elemento de um mero espetáculo, sendo consumido em modelos padronizados de estrutura, com perdas de expressões das culturas originais, em que os lugares turísticos são transformados em cenários artificiais onde se desenrolam espetáculos devidamente ensaiados para cativar o turista.

O legado cultural, assim transformado em produto para o consumo, perde seu significado. A cultura deixa de ser importante por si mesma e passa a ser importante por suas implicações econômicas. A história não é importante porque mostra as raízes, mas porque traz dinheiro (Lanfant, 1995, citado por Barreto, 2000, p. 47).

Para evitar o panorama no destino, é importante adotar as diretrizes do turismo de base local, de modo que os próprios habitantes do lugar se envolvam no desenvolvimento das atividades do setor, não apenas no manejo econômico, mas também nas ações de preservação e valorização da memória histórica da sua coletividade, reconhecendo-se voluntariamente nas práticas culturais, na materialidade das construções, tornando-se disseminadores de sua

cultura, preservando sua identidade e visualizando o patrimônio não somente como objeto de consumo do turismo, mas como elemento indispensável à construção de sua cultura, de sua cidadania.

3. A contribuição do patrimônio histórico-cultural na atividade turística de base local

A estruturação da atividade turística numa perspectiva macro é consentida em diversas regiões a partir de uma ordem externa que submete a população local a uma mão-de-obra barata, desarticulando culturas tradicionais e criando cenários que pouco dependem das vocações naturais, podendo ser construída artificialmente como um típico fenômeno da atualidade (Luchiar, 1998, p. 15).

Diferente deste turismo descrito acima, o turismo de base local atua como atividade articuladora em prol do fortalecimento da cultura do lugar, em que o morador tem na prática as implicações sociais que contribuem para o fortalecimento da identidade e da memória ao visualizar na cultura um potencial que vai muito além de sua apresentação como mercadoria para roteiros turísticos sofisticados (Gastal, 2002).

A contribuição cultural no processo que estabelece a atividade turística possui alguns elementos mais enfáticos, como as grandes construções, os sítios arqueológicos, monumentos, ou patrimônios históricos em conjunto, a exemplo dos centros históricos, do famoso Pelourinho em Salvador (Baía), símbolo do turismo baiano. Entretanto, ao lado desses bens culturais resguardados legalmente, existem outros mais singelos, pertinentes à vida cotidiana dos moradores, que não são inseridos nos roteiros turísticos por falta de sensibilização, ausência de uma apropriação que desperte na comunidade a importância desses lugares. Segundo Weber (1973), a comunidade faz parte de uma existência coletiva traduzida numa relação de sentimentos entre o indivíduo e o lugar.

Os lugares, tanto os mais vistosos quanto os mais simples, que não deixam de ser patrimônios culturais, pertinentes às memórias individuais por fazerem parte de um caráter afetivo, identitário, são denominados de 'lugares de memórias' e devem ser incluídos nos inventários turísticos. Afinal, de acordo com Gastal (2002), se a memória nos individualiza como sujeitos, também nos tornam únicos como comunidades.

Isto resulta no diferencial da prática do turismo de base local, que visa despertar o interesse do visitante a partir das pequenas coisas, assim como a percepção do morador para a potencialidade de sua realidade.

Trazer o patrimônio histórico-cultural para próximo do cotidiano do morador é uma maneira de fazê-lo se sentir mais próximo do que lhe é de direito, de conscientizá-lo quanto a sua importância no processo de construção da memória coletiva e, consequentemente, da identidade local. Para a atividade turística, a participação efetiva e consciente do morador em todo o seu processo, o torna portador de referências na disseminação da cultura, levando a uma atividade consistente, distante da superficialidade de alguns roteiros turísticos, a exemplo daqueles utilizados pelo turismo de massa.

A atividade turística contribui para o revigorecimento do patrimônio cultural que, quando bem apropriado, reintegra a comunidade local ao meio onde vive sem alterar o sentido e o significado do espaço urbano, pois o propósito é que as pessoas possam sentir, perceber, vivenciar, entender de maneira mais próxima a cultura da comunidade, sem simulacros. A costureira que mora perto da praça é importante à comunidade porque há uma identidade dos moradores com sua atividade, perpetuada por lembranças que são mediadas pela memória, e isto, para alguns, é diferente e interessante de ser sabido, o que assegura, desta maneira, a sustentabilidade local em suas múltiplas dimensões (Carvalho, 2010, p. 16).

Esta configuração sustentável estabelecida com a interação do patrimônio cultural e a atividade turística viabiliza um desenvolvimento socioeconômico mais equânime, em que as populações autóctones

se tornam partícipes de todo o seu processo, não temendo a concorrência, mas agindo como colaboradores entre si.

A originalidade do turismo de base local é que o eleva a uma atividade que prima pela qualidade e não pela quantidade, em que a cultura dos moradores do lugar deve ser preservada e estimulada por políticas públicas que busquem preservá-la.

Todavia, existem várias formas de apropriação da cultura em função da atividade turística. Uma delas é a educação patrimonial que tem nos bens culturais sua fonte primária como atributo de fortalecimento da identidade local e da cidadania, fazendo com que a comunidade perceba suas potencialidades a partir de suas heranças culturais, através de um reconhecimento plausível de seus valores.

Mas, o que seria a educação patrimonial? Como ela pode ser útil ao turismo de base local? Em que pontos eles podem ser convergentes?

4. Educação patrimonial como iniciativa do turismo de base local

Para alguns autores a proposta bastante inovadora das práticas de Educação Patrimonial é entendida como um processo de 'alfabetização cultural'. Como define Horta (1999, p. 3):

A educação patrimonial pode ser assim um instrumento de '*alfabetização cultural*' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura, como propõe Paulo Freire em sua ideia de *empowerment*, de reforço e capacitação para o exercício da autoafirmação.

No entanto, a utilização desta designação nos leva a pensar que somente a partir daquele momen-

to o indivíduo terá uma formação cultural, um contato com o saber cultural e suas devidas atuações, quando, na verdade, todos estão permeados de cultura quando nascem. Esta expressão 'alfabetização cultural', já foi superada, mas é interessante saber como a ideia se constituiu.

Para Horta (1999), o princípio básico da educação patrimonial é a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, para se chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descobertas.

Ao turismo, o campo da educação patrimonial permite o enlace entre a teoria e a prática, uma aproximação mais adequada e incentivadora de uma atividade voltada para uma realidade local, atribuindo significados, desfazendo aos poucos o processo metódico de visitação aonde os guias decoram as histórias, os mitos, as lendas dos lugares de maneira automática, sem ter compreensão do que está falando, quando estas também não são inventadas.

A metodologia da educação patrimonial em função da atividade turística permite uma aproximação dos indivíduos com a cultura local, com os relatos de memória indispensáveis à construção de uma memória histórica, pessoal e coletiva que unifica, fortalece a identidade local tornando-os cidadãos conscientes.

A partir do momento em que se propicia o contato direto seja da criança, do adolescente ou da comunidade com a história e as manifestações da cultura do seu espaço, dentro de seus diversos elementos e significados, permite-se que os mesmos se identifiquem e se apropriem da chamada herança cultural.

A articulação entre a educação patrimonial e a atividade turística é bastante recente e esparsa; entretanto, já há pesquisas direcionadas para esta aliança, produções que demonstram o avanço da interdisciplinaridade, a conexão com os processos educativos que transformam, apropriam, instruem, ensinam, conscientizam sobre temas relevantes para a sociedade como é o caso da cultura e de todo o seu legado patrimonial, principalmente, nas relações de mercado.

A ausência da apropriação da cultura do lugar por parte dos próprios moradores é exemplificada por Azevedo (2007, p. 7) ao tratar da relação da comunidade com os turistas na área da Praia Grande em São Luís (Maranhão), onde fica localizado o centro histórico da cidade, num trabalho em que a autora, baseada em suas pesquisas, chega à conclusão de que "não existe a noção de valor sobre a questão do patrimônio histórico e que não se identifica, nessa comunidade, princípios de quem vive em um local tombado como patrimônio cultural da humanidade" (2007, p. 7).

As palavras da autora indicam a carência de uma conscientização, de um processo de preservação que seja visto não apenas a partir da ótica mercadológica, mas do ponto de vista histórico, da visualização do morador como protagonista da história de sua cidade, dos espaços que fazem parte dos lugares de memória e, conseqüentemente, do turismo.

Sales (2006, p. 15) comenta sobre a importância da educação para recrudescer os sentimentos de identidade e cidadania:

O processo de educação patrimonial reforça a ideia de que é preciso difundir o acesso ao (re)conhecimento da comunidade àqueles bens e manifestações que constituem a cultura local, com suas características únicas e peculiares, assim como a conscientização sobre a importância de manter e preservar aquilo que remonta ao passado histórico do grupo, como sítios e monumentos, obras de artes, objetos, documentos e fazeres, relacionados a memória social coletiva, elevando, dessa forma, são só o sentimento de identidade individual e de grupo como também o de cidadania.

Todavia, como inserir a educação patrimonial na atividade turística de base local? Como se disse inicialmente, o turismo de base local comunga com um perfil sustentável, que visa os moradores locais como os principais agentes em todo o processo de estruturação e desenvolvimento da atividade. A população autóctone, no caso, será a mentora do planejamento e da execução mediada por uma pers-

petiva não apenas de desenvolvimento econômico, mas, principalmente, social. Neste ponto, a educação como prática transformadora pode fazer parte do planejamento da atividade turística, de modo que os moradores sejam formados, conscientizados do ponto de vista de uma educação, *a priori*, não formal, revelando-a:

Como um processo de apropriação pelo sujeito da sua realidade histórica e cultural, e situando, ainda, a perspectiva dialógica como condição imprescindível para o desenvolvimento da pessoa tanto no plano educacional quanto cultural, e a dialética pessoa-mundo como traço fundamental do ato educativo (Sales, 2006, p. 18).

A singularidade cultural das comunidades seja no âmbito material ou imaterial é um dos atrativos que levam um grande número de pessoas a se deslocarem por diversos lugares do mundo em busca de satisfazer a curiosidade, em busca de ter contato com práticas e lugares diferentes dos seus. São elementos peculiares, outros tantos fantasiosos que transformam a prática num espetáculo comumente apresentado em formas, cores, fazeres, saberes, materializado em construções diversas, cujo tempo e o espaço são resquícios guardados e teatralizados por um imaginário propenso a ser cortês com o mundo das fantasias.

No Sertão nordestino, por exemplo, em comunidades mais longínquas e isoladas, ainda tradicionais, para não dizer rudimentares, tendo em vista que o progresso também pode ser considerado como uma prática perversa, devido aos estragos ambientais que provoca, há uma cumplicidade com as tradições, que segundo Santos (2011) tem um pouco a ver com a continuidade de antigas formas, sofrendo apenas a influência de processos de reorganização, o que demonstra a forte identidade do povo sertanejo com os lugares por eles habitados. As técnicas de produção utilizadas, juntamente com as ações culturais apreendidas e repassadas de geração a geração, no modo de subsistência tanto no modelo de ocupação

do espaço, quanto do uso dos recursos naturais, definem o lugar.

Tal reconhecimento dos cenários urbanos miméticos, apesar das exceções de localidades com traçados originais e diferenciados, nos levam a pensar na apropriação do turismo de base local em comunidades sertanejas em microvisões, focadas de dentro para fora, onde os moradores locais se posicionam como protagonistas de todo o processo de estruturação e funcionamento da cadeia produtiva inserida no sistema de lazer.

Diferentemente do que ocorre no litoral com a especulação dos empresários pelo usufruto dos seus cenários praianos, ou nos grandes conglomerados urbanos turísticos que seccionam os locais privilegiados das áreas populares, em que o homem local é visto apenas como mão-de-obra, no turismo de base local – atividade embrionária no nordeste brasileiro – há a obrigatoriedade de planejamento humanístico, que não apenas estrutura, mas capacite os moradores do lugar para sua prática. Desse modo, os residentes atuam como sujeitos de todo o processo, longe de um perfil tecnicista, mas cada vez mais próximo de um modelo sustentável de desenvolvimento. O turismo de base local potencializa o patrimônio natural, histórico, cultural e desperta valores às vezes esquecidos, além de contribuir com a preservação, tornando-se uma alternativa econômica de complemento à renda familiar.

Esse convívio com o patrimônio, com a cultura ao ser despertada por um processo de educação popular, segundo Andrade (1987, p. 54) é a forma mais eficaz de fazer com que o indivíduo local, o nativo possa ter afetividade, apego ao patrimônio histórico de sua comunidade, de maneira que “o impulso de preservá-los será quase instintivo”. Destarte, a cultura tem em si outro forte fator que caracteriza tudo aquilo que é igual, tanto quanto diferente e que não deve ser dissociado de suas expressões: a identidade.

O conjunto de sentimentos e sensibilidades experimentados nas vivências sociais desencadeia o imaginário responsável pelas aspirações, objetivos e

valores dos indivíduos, configurando as especificidades culturais e identitárias, derivadas de consensos e conflitos, amores e aversões, preferências artísticas e estéticas, processamentos simbólicos do passado e presente na função de projetar o futuro.

Tudo inspirando, e ao mesmo tempo sendo influenciado, pelas trocas comunicacionais das vivências societárias e por mitos e ritos, presentes na incomensurável rede de expressões do complexo mundo da cultura. O patrimônio histórico-cultural é muito influente neste processo, por ser, segundo Salvadori (2008, p. 31), “tomado como um dos suportes da memória coletiva, produz identidades sociais que são determinantes nos modos como os homens se apropriam da realidade que os cerca, apresentam e lutam por suas ideias, identificam-se com certas propostas e recusam outras”.

A identidade cultural de um povo consolida elos, fortalece relações, compõe um novo quadro de ordem social que facilita a interação com atividades a exemplo do turismo. Uma comunidade que se reconhece na sua cultura tangível ou intangível, que se vê como protagonista da história do lugar onde eles moram, interage com o seu patrimônio por uma perspectiva que vai além do valor monetário que ele pode proporcionar com a busca pelo lugar, mas dentro de uma visão afetiva em que há um compartilhar da sua cultura.

Todavia, antes de todo o processo de reconhecimento e participação sociocultural, existe um elemento indispensável na mediação desta apropriação através da Educação do patrimônio: a memória, cuja relevância é exponencial para as questões relativas ao pertencimento, e sua visibilidade é ferramenta indispensável para os processos de sensibilização das comunidades locais, conforme esclarece Le Goff (1993), ao afirmar que a memória se caracteriza por um conjunto de funções psíquicas que permite ao homem, por meio de suas lembranças, ter contato com o passado ou com sua representação.

A memória, delicada esfera do eu, que revisita espaços e temporalidades diversas, toca o intocável e sente o que os nossos órgãos cognitivos são capa-

zes de nos trazer, é a matéria principal do encontro com a cultura e com a identidade. Edifica os valores e transporta a lugares aparentemente comuns, mas repletos de símbolos e significados ligados por uma linha tênue que são as lembranças.

Para a educação patrimonial como instrumento de apropriação do turismo de base local, a memória é a articuladora de todas as suas etapas, pois os moradores serão levados a relatar a importância do lugar onde eles moram a partir de suas experiências, das marcas que foram deixadas ou até mesmo esquecidas ao longo do tempo. Este lembrar situa o indivíduo num espaço já habitado por ele, mas talvez imperceptível de valores que os transformam e os tornam grandes diante de seus significados pessoais e coletivos. O turismo diante da devida apropriação de suas potencialidades culturais possui uma nova roupagem, pois o indivíduo passa a ser um agente de turismo consciente e um turista cidadão.

Turista cidadão é aquele morador da localidade que vivencia práticas sociais, no seu tempo rotineiro, dentro de sua cidade, de forma não rotineira, onde é provado em relação à cidade. Turista cidadão é aquele que resgata a cultura da sua cidade, fazendo uso do estranhamento da mesma (Gastal & Moesch, 2007, p. 65).

A cidadania é o terceiro elemento norteador da educação patrimonial, em relações que proporcionam o reconhecimento da cidadania. Agregados, estes conceitos se desenvolvem em ações significativas, de forte representação para a valorização da cultura histórica de um determinado lugar. Desta relação é que vem nascendo estudos e propostas no campo da educação patrimonial em relação a sua atuação enquanto metodologia de apropriação para atividades como o turismo de base local, conforme seu caráter sustentável.

Até chegar ao processo de apropriação, a educação patrimonial passa por três procedimentos que colaboram com despertar do sentimento de pertencimento: observação, registro e exploração.

5. Apropriar: Observar, registrar, explorar

A etapa de observação atua com a percepção sensorial dentro dos cinco sentidos cognitivos: audição, visão, tato, paladar e olfato. Os moradores são estimulados por meio de perguntas, jogos, experimentos, relatos, ou seja, de dinâmicas que os envolvam e façam com que eles explorem ao máximo os bens patrimoniais de sua comunidade, a partir dos seus órgãos sensoriais.

O registro é a maneira pelo qual o morador expressará o que ele pensa, o que ele visualiza o seu pensamento através de um desenho, de uma fotografia, de uma música, de uma poesia, de um mapa, etc.; ou seja, seu conhecimento sobre os bens culturais da sua localidade, como ele se vê a partir deles.

A terceira etapa consiste na exploração, que é o momento de reflexão sobre os registros produzidos por eles, ou por jornais, revistas e fotografias. Esta fase ajuda a despertar o senso crítico, interpretando os símbolos e seus significados.

O sentimento de pertencimento a partir do processo de apropriação é consentido aos poucos. É proveniente de uma forma de lapidação, estimula as memórias das experiências vividas nas comunidades. Na apropriação, o morador vai acionar a sua criatividade no sentido de demonstrar o que foi apreendido durante as fases anteriores, estimulando-o externar o seu entendimento de preservação, valorização sobre os bens culturais que lhes fazem parte, por meio de uma expressão, de uma apresentação que cause reconhecimento, percepção da identidade e de um prévio planejamento elaborado pelos moradores para atuação da atividade turística em sua localidade.

Vale ressaltar a importância ao respeito às raízes, costumes, tradições, memórias e vivências socioculturais do cotidiano local não sejam vistas como expressões de uso e interesse do turismo, mas sim como formas de reconhecer-se da própria comunidade. O patrimônio cultural deve ser analisado, a princípio, em função de seu envolvimento com o conjunto dos sistemas socioespaciais em que suas

manifestações se localizam a fim de agregar o povo ao lugar. Por isso, uma maior preocupação com o turismo cultural pensado apenas na proteção do patrimônio histórico-arquitetônico e arqueológico, cujas ações se limitam às restaurações de edificações e à revitalização de espaços em seu entorno com a presença de igrejas, monumentos e demais construções históricas, que não deixam de ser indispensáveis, mas inapropriadas quando se caracterizam como ilhas inspiradas em modelos internacionais de estruturação turística, tais territórios acabam sendo territórios de segregação espacial, social e cultural.

Este modelo deve ser totalmente descartado. Certamente, não se está afirmando que são contrários a perímetros devidamente estruturados para receber melhor o turista, mas não é admissível a segregação em relação à população autóctone, fato que deve ser evitado com ações que façam os habitantes locais serem agentes partícipes da alta qualidade do espaço turístico, frequentando-o, incluindo-o em seus passeios e atividades de lazer, como também em seu cotidiano. Logo, devem ser adotadas medidas, especialmente de educação patrimonial, para não permitir o afastamento do homem da terra do convívio turístico, as quais devem promover entre a sociedade local o conhecimento, reconhecimento e valorização de seu patrimônio histórico-cultural manifesto no atrativo turístico de sua cidade, ações de plena comunhão com o turismo de base local.

No caso, deve ser avaliada como fator negativo a possibilidade, que tanto se evidencia nos destinos, a oferta artístico-cultural do atrativo, particularmente a material, mais presente com as obras arquitetônicas antigas, referenciarem apenas, ou mais substancialmente, a memória de grupos privilegiados, elites de determinados períodos histórico-sociais, condição que naturalmente provoca o desinteresse do cidadão comum, motivado pelo sentimento de exclusão relativo à sua formação histórica.

A análise do patrimônio cultural pode ser pensada como um conjunto de sistemas espaciais que apre-

sentam além do caráter cognitivo, aspectos artísticos e de inserção entre os residentes e os visitantes, cujo alcance busca novos agenciamentos, abrindo um círculo com novas direções. Pois, uma sociedade se define por aquilo que ela codifica e cristaliza, assim como pelo que lhe escapa por todos os lados. Logo, a cidade histórica se constitui a partir de um centro e apresenta simultaneamente uma dimensão de interiorização para múltiplas diferenças (Rodrigues, 1998, p. 218).

É necessário que os atrativos turístico-culturais da cidade sejam incluídos no rol de possibilidades de lazer, entretenimento e formação cultural dos habitantes da própria localidade. Os moradores, ao se apropriarem, participativamente, ao lado de visitantes, dos espaços culturais de interesse turístico, facilitam até mesmo as ações para atrair o olhar e a presença do turista, fato que, inclusive, redundou em resultados econômicos, afinal, a presença do visitante significa criação de empregos e geração de renda para a comunidade.

Na perspectiva sociocultural, conforme argumenta Grumberg (2007), as atividades propostas através das dinâmicas estabelecidas com os moradores da comunidade que estão sendo sensibilizados objetivam lembrar que tudo o que o homem produz é cultura e que ele é o principal agente no processo de preservação da memória de sua comunidade, polida por experiências como estas que reaviva a consciência coletiva.

Numa visão mais pragmática, que também se alia a questões mercadológicas, é importante lembrar-se do interesse turístico em conhecer a cultura local cotidiana, em se aproximar das vivências dos moradores do lugar, pois, de acordo com o texto informativo, mas também ao mesmo tempo sociológico turístico, com conotações poéticas de Wainberg (2003, p. 7), “viajamos além-fronteira estimulados pelo outro. É na vida alheia, nos espaços e patrimônios distantes – e que nos são colocados à disposição para vislumbre e algum deleite – que está a essência desta [o turismo] que é a maior de todas as indústrias”, que, apesar de em muitas ocasiões

provocar situações de temores, desconfianças e sentimentos de tentativas de novos colonialismos, permite intensas trocas de diálogos diretos ou indiretos, orais, gestuais e comportamentais, que facilitam “a compreensão do outro, e opera uma troca simbólica em condições de vigilância e controle”.

Evidencia-se, assim, que as diretrizes do turismo de base local contemplam plenamente a desejada configuração que interage, culturalmente, turistas e moradores do lugar, com os cuidados relativos à estruturação dos atrativos com um perfil identitário, que demonstrem ter *nuances* das cores do lugar. Se o turismo de sol e mar, o segmento mais concorrido da região nordeste, exige apenas uma infraestrutura de acesso, hospedagem e outras regalias, num ambiente em que o ambiente sociocultural do destino nem é levando em conta, o turismo de base local, diferentemente, exige algumas diretrizes indispensáveis, a exemplo de trazer o turista para participar da vida na comunidade e viver uma experiência próxima dos modos e costumes cotidianos do morador.

6. Considerações finais

A junção da educação patrimonial com o turismo de base local proporciona um fortalecimento da atividade turística por meio de uma apropriação mais adequada, em que os moradores são vistos como cidadãos responsáveis pelo gerenciamento de toda a atividade, relevando a autoestima e proporcionando um crescimento adequado e digno.

A intenção não é treinar a mão-de-obra para a atividade, tendo em vista que a população que a exerce não é exploratória ou explorada, mas participe. É importante, então, sensibilizar os moradores segundo uma proposta que os conscientize enquanto agentes de planejamento, organização e execução das atividades turísticas em suas comunidades, instruindo-os para organizações associativistas e cooperativistas, longe de competições e próximos de uma prática ética e solidária.

As duas práticas, tanto a educação patrimonial, como o turismo de base local, são convergentes no caráter da sustentabilidade, partindo do desenvolvimento de dentro para fora, com uma perspectiva diferenciada das macro-abordagens.

Não se pode afirmar que a educação patrimonial seja a solução, mas certamente uma forte contribuição na implantação e desenvolvimento do turismo de base local, exigindo iniciativas exequíveis e com promessas de proficuidade na empreitada, por ser prática transformadora que ao trabalhar com elementos endógenos, afetivos como a memória, a identidade e a cidadania proporciona um diálogo contínuo com os moradores, conscientizando-os, instruindo-os e despertando-os para o sentimento de pertencimento à sua localidade.

O despertar de sensibilidades identitárias é um dos principais objetivos da educação patrimonial, pois tal reconhecimento/pertencimento faz com que as pessoas tenham apreço pelo seu mundo, um comportamento que tanto contribui para uma atividade turística mais apropriada, que respeite e valorize o ambiente sociocultural do destino, que reconheça a personalidade turística do lugar, com um olhar mais humanístico, em que 'as coisas', sinalizadas como patrimônio, passam a ser valorizadas do ponto de vista afetivo e não somente capitalista.

Ao propor reconhecer a educação patrimonial como metodologia de apropriação, procura-se evidenciar a contribuição dos seus elementos norteadores no processo de conscientização, valorização e resgate da identidade local, tendo em vista que ela permite uma maior aproximação da cultura, do patrimônio que perpassa o cotidiano da comunidade e faz com que seus moradores se reconheçam e compreendam a importância da sua cultura local, de sua herança cultural para atividades que podem contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de suas localidades.

A atividade turística de base local, com as ações decorrentes da educação patrimonial terá um perfil de apropriação mais equânime, com uma essência mais representativa, em que os agentes locais

adotarão práticas mais adequadas, visando não apenas o lucro, mas um lado afetivo que cuida, zela, orgulha-se e se reconhece nas coisas e lugares que cotidianamente lhes fazem parte.

Referências bibliográficas

- Andrade, R. M. F. (1987). *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura e Fundação Nacional Pró-Memória.
- Azevedo, K. M. (2007). *Comunidade local e a atividade turística na área da Praia Grande em São Luís (MA)*. Monografia de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- Barreto, M. (2000). *Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus.
- Carvalho, K. D. (2010). Lugar de memória e turismo cultural: Apontamento teóricos para o planejamento urbano sustentável. *Revista de Cultura e Turismo*, 4(1). Acedido em 10 de dezembro de 2011, em <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/ref.php?id=1013>
- Coriolano, L. N., & Lima, L. C. (Eds.). (2005). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE.
- Funari, P. P., & Pelegrini, S. A. C. (2009). *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gastal, S. (2002). Lugar de memória: Por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: S. Gastal (Ed.), *Turismo: Investigação e crítica* (pp. 69-81). São Paulo: Contexto.
- Gastal, S., & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Grumberg, E. (2007). *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN.
- Horta, M. de L. P. (1999). *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial.
- Le Goff, J. (1993). *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Londres, M. C. (2009). *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Luchiani, M. T. D. P. (1998). Urbanização turística: Um novo nexo entre lugar e o mundo. In L. C. Lima (Ed.), *Da cidade ao campo: A diversidade do saber-fazer turístico* (pp. 15-29). Fortaleza: UECE.
- Rodrigues, L. M. (1998). Patrimônio cultural: Cidade, cultura e turismo. In L. N. Coriolano (Org.). *Turismo com ética* (pp. 216-231). Fortaleza: UECE.
- Sales, F. de L. (2006) *A educação patrimonial e o turismo: O caso da aula no museu do Museu Municipal de Caxias do Sul-RS*. Dissertação de mestrado. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Salvadori, M. A. B. (2008). *História, ensino e patrimônio*. Araraquara: Junqueira & Marin SA.
- Santos, A. (2011). *Tradições populares e resistências culturais: Políticas públicas em perspectivas comparadas*. Salvador: EDUFBA.

Wainberg, J. A. (2003). *Turismo e comunicação: A indústria da diferença*. São Paulo: Contexto.

Weber, M. (1973). Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In F. Fernandes (Ed.), *Comunidade e sociedade:*

Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação (pp. 140-143). São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP.